



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.975, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 180, de 2004 (Mensagem nº 725/2004, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento parcial do “Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão – PCPRII”.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 180, de 2004, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Conforme a Mensagem, os recursos do empréstimo destinam-se a financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPRII).

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 131, de 29 de setembro de 2004, do Ministro da Fazenda; o Parecer PGFN/COF nº 1522/2004, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 28 de

setembro de 2004; o Parecer nº 455/2004/STN/CO-REF/GERFI, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 2 de setembro de 2004; a cópia do Resultado do Tesouro Nacional no mês de maio de 2004; e o Ofício Decec/Diope/Sucre-2004/213, de 19 de agosto de 2004, do Banco Central do Brasil.

As características da operação de crédito são as seguintes:

a) mutuário: Governo do Estado do Maranhão;

b) mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD);

c) garantidor: República Federativa do Brasil;

d) valor do empréstimo: US\$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

e) prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2008;

f) amortização: 24 parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencíveis a cada 15 de maio e 15 de novembro, entre 15 de novembro de 2009 e 15 de maio de 2021;

g) juros: exigidos semestralmente, calculados com base na Libor semestral para o dólar americano, acrescida de um **spread** de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, somada ou diminuída a diferença entre a margem média de captação do Bird para cobrir empréstimos em moeda única e a Libor, também para o período, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos;

h) comissão de compromisso: equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) a.a. sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento de juros;

i) comissão à vista: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor.

O projeto contará com contrapartida de US\$6,500,000.00 (seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) por parte do Governo Estadual e de US\$3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) por parte das comunidades envolvidas.

II – Análise

A concessão de garantia pela União, assim como as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão disciplinadas, respectivamente, pelas Resoluções nº 96, de 1989, e nºs 40 e 43, de 2001, esta alterada pela Resolução nº 3, de 2002, todas do Senado Federal.

As mencionadas Resoluções estabelecem os requisitos para que sejam firmados contratos relativos a operações financeiras entre um ente da Federação e instituição estrangeira e para que a União possa oferecer garantias a empréstimos contraídos por Estados e Municípios.

Segundo análise dos documentos recebidos, encontram-se atendidas as condições fixadas pelas Resoluções pertinentes.

Foi cumprido o limite de operações financeiras com base nas despesas de capital, estabelecido pelos incisos I e II do § 1º do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que reproduz a exigência do inciso III do art. 167 da Constituição Federal. As receitas de operações de crédito montam a R\$50,9 milhões e R\$25,6 milhões, respectivamente, para os exercícios de 2003 e 2004, já incluídas as receitas objeto deste pleito, significativamente inferiores às despesas de capital, de R\$397,3 milhões em 2003 e R\$649,2 milhões em 2004.

No que toca às exigências do art. 7º da mesma Resolução, convém atentar para o que segue.

Com relação ao seu inciso I, o montante da operação pretendida não viola o limite de 16% da receita corrente líquida do Estado, representando, em conjunto com as demais operações de crédito, apenas 1,02% da receita corrente líquida em 2004 e valores inferiores a 1% nos quatro exercícios subseqüentes.

Os requisitos contidos nos incisos II e III foram extrapolados. O inciso II estipula em 11,5% da recei-

ta corrente líquida o teto para amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada do Estado, O inciso III veda operações de crédito que elevem o montante da dívida consolidada acima do patamar previsto na Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

No entanto, a operação de crédito sob exame, por estar prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, quando da publicação das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, está excepcionalizada da obrigatoriedade do cumprimento dos limites extrapolados.

Essa avaliação é confirmada pelos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional (STFN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que também atestam a apresentação de toda a documentação e a aprovação das leis exigidas pelas Resoluções do Senado pertinentes e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Além disso, análise da capacidade de pagamento do Estado do Maranhão, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e constante da Nota Técnica STN/COREM nº 189, de 16 de fevereiro de 2004, conclui que o Estado do Maranhão possui capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos de serviço da sua dívida, inclusive da operação pleiteada. A mencionada Nota Técnica classifica o Estado do Maranhão na categoria “B”, suficiente para qualificá-lo para a operação pretendida.

O Estado do Maranhão encontra-se credenciado no Banco Central do Brasil, segundo carta de Decrec/Diope/Sucre-2004/211, de 19 de agosto de 2004. Quanto à garantia da União, além da comprovação da capacidade de pagamento, por parte do Estado do Maranhão, é necessário registrar que a margem para concessão de garantia por parte da União é suficiente para absorver a operação pleiteada, de acordo com Parecer STN/COREF/GERFI nº 455, de 2 de setembro de 2004, e com o documento “Limites de Endividamento da União”, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional em março de 2004, anexado ao processado.

Finalmente, cabe salientar que o Estado do Maranhão tem respeitado os termos do acordo de refinanciamento de suas dívidas, que não há registro de inadimplência do Estado frente ao Sistema Financeiro Nacional e que as contragarantias oferecidas pelo Estado são suficientes e estão em conformidade com o disposto no § 4º do art. 167 da Constituição Federal e no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Pelas razões acima, resta claro que o pleito do Governo do Estado do Maranhão atende às normas

acima citadas e está em condições de ser aprovado por esta Casa do Congresso Nacional

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso voto pela aprovação do pleito, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2004

Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Maranhão autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total equivalente a US\$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** deste artigo serão destinados a financiar, parcialmente, o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR II).

Art. 2º As condições da operação de crédito são as seguintes:

I – mutuário: Governo do Estado do Maranhão;

II – mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor do empréstimo: US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2008;

VI – amortização: 24 parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencíveis a cada

15 de maio e 15 de novembro, entre 15 de novembro de 2009 e 15 de maio de 2021;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na Libor semestral para o dólar americano, acrescida de um **spread** de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, somada ou diminuída a diferença entre a margem média de captação do Biird para cobrir empréstimos em moeda única e a Libor, também para o período, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos;

VIII – comissão de compromisso: equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) a.a. sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento de juros;

IX – comissão à vista: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se referem os artigos anteriores, tendo como contragarantia oferecida pelo Governo do Estado do Maranhão as receitas a que se referem os arts. 157 e 159, I, **a**, e II, da Constituição Federal, bem como as receitas próprias referidas no art. 155 da mesma Carta, em conformidade com o § 4º do art. 167.

Art. 4º As partes envolvidas na presente operação deverão cumprir e reconhecer o cumprimento, preliminarmente às formalizações contratuais, de todas as condições prévias à realização do primeiro desembolso do empréstimo, inclusive a comprovação de adimplência do Governo do Estado do Maranhão e de suas entidades junto à União e às entidades controladas pelo poder público federal.

Art. 5º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 180, DE 2004.
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/12/2004, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE:

RELATOR (A):

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SÉRYL SLHESSARENKO (PT)
DELÍCIDIO AMARAL (PT)	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	6-AELTON FREITAS (PL)
DELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

PMDB

AMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
ÃO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
ARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
OMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
ÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
EDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
ALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA

PFL

ESAR BORGES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
RAIM MORAIS	2-DEMÓSTENES TORRES
NAS PINHEIRO	3-EDISON LOBAO
RGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
ULO OCTAVIO	5-JOSÉ JORGE
DOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL

PSDB

TERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
ÍGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
IARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
SO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN

PDT

EIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
-----------	--------------

PPS

ÍCIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI
-------------------	------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

I – transmissão **causa mortis** e doação, de quaisquer bens ou direitos; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

III – propriedade de veículos automotores. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Art. 167. São vedados:

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I – não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II – a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 16 - 12 - 2004